

Grupo Sagestamo



Consest

Relatório de Governo Societário 2014

Índice

I.	MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS	3
II.	ESTRUTURA DE CAPITAL	4
III.	PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	4
IV.	ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	4
A.	Mesa da Assembleia geral	5
B.	Administração e Supervisão	5
C.	Fiscalização.....	8
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC).....	8
E.	Auditor Externo.....	9
V.	Organização Interna	9
A.	Estatutos e Comunicações.....	9
B.	Controlo Interno e Gestão de Riscos	10
C.	Regulamentos e Códigos.....	11
D.	Deveres especiais de informação	12
E.	Sítio de Internet.....	12
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse geral	13
VI.	REMUNERAÇÕES	13
A.	Competência para a determinação da remuneração dos Órgãos Sociais	13
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	13
C.	Estrutura das remunerações	14
D.	Divulgação das Remunerações.....	14
VII.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	15
VIII.	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL .	17
IX.	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	18
ANEXOS		26
Anexo I - Curricula		27
ANEXO II - DECLARAÇÕES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO A REFERIR QUE ESTES SE ABSTÊM DE INTERFERIR NAS DECISÕES QUE ENVOLVAM OS SEUS PRÓPRIOS INTERESSES.....		33
ANEXO III - DECLARAÇÕES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO A REFERIR QUE ESTES NÃO SÃO DETENTORES DE QUAISQUER PARTICIPAÇÕES E INTERESSES PATRIMONIAIS NA EMPRESA E QUE NÃO MANTÉM QUAISQUER RELAÇÕES COM OS SEUS FORNECEDORES, CLIENTES, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OU QUAISQUER OUTROS PARCEIROS DE NEGÓCIO, SUSCETÍVEIS DE GERAR CONFLITOS DE INTERESSE.....		37

I. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

A atividade da Consest centra-se unicamente no desenvolvimento imobiliário de um único ativo designado por Posto Central de Avicultura, sito na Falagueira, com uma área de 593.062m² no Concelho da Amadora.

A sua visão é a aprovação dos termos de referência do Plano de Pormenor (PP) para o único imóvel que a empresa possui, tendo em vista obter condições para a sua alienação.

Os valores que orientam a empresa são a transparência, ética, integridade e profissionalismo nas suas relações com as entidades licenciadoras e com os prestadores de serviço. Estes valores ampliar-se-ão aos potenciais clientes quando o imóvel estiver em condições de ser alienado.

Para o exercício transato, a orientação específica fixada pelo Acionista traduziu-se na continuação dos esforços tendentes ao desenvolvimento urbanístico do terreno da Falagueira no qual, como referido, se esgota a atividade da empresa.

Neste quadro, prosseguiu o desenvolvimento do "Master Plan" do ativo e continuaram as diligências junto da Câmara Municipal da Amadora no sentido de obter uma aprovação de princípio do Plano de Pormenor Preliminar e consequentemente, a aprovação dos Termos de Referência do futuro Plano.

Assim e não obstante a definição de objetivos e resultados para a Sociedade pelo respetivo acionista, ter ocorrido apenas em finais do 4º trimestre de 2014 mercê da designação em novembro de novos corpos sociais, poder-se-á dizer todavia, que de um modo geral, os mesmos foram alcançados.

Os objetivos de carácter quantitativo definidos para a Consest passa por conseguir obter a aprovação de um Índice de Construção Bruta (ICB) de 0,8 para o terreno da Falagueira. Este objetivo para ser concretizado depende da aprovação da Câmara Municipal da Amadora (CMA). A esta altura, encontram-se elaborados o Master Plan, a Maqueta e o desenvolvimento do Plano de Pormenor Preliminar (e demais estudos técnicos necessários) os quais foram já submetidos à apreciação do Município pese embora e apesar das inúmeras reuniões levadas a cabo para o feito, os Termos de Referência do futuro Plano de Pormenor, não hajam ainda sido aprovados. Assim da parte da Consest foram cumpridos os objetivos e não há medidas de correção a aplicar, para além de se continuar a insistir junto do Município, para a aprovação dos referidos Termos de Referência, o que se tem feito.

No caso da Consest, apesar de não haver nada escrito, as orientações definidas passam, pela insistência junto da CMA para aprovação dos Termos de Referência do Plano de Pormenor

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Os fatores chave de que dependem os resultados da empresa são, essencialmente, o ajustamento de justo valor resultante da avaliação do imóvel em carteira e, os juros pagos pelos suprimentos obtidos do Acionista único, a Sagestamo.

A Consest não presta serviços públicos, nem têm políticas setoriais definidas.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

A Consest – Promoção Imobiliária, S.A., é uma empresa detida a 100% pela Sagestamo, SGPS,SA.

O capital social, integralmente subscrito e realizado, em dinheiro, é de 55.000.000 euros e é representado por 11.000.000 ações nominativas no valor nominal de 5 euros cada uma.

As ações são nominativas e ao portador, também reciprocamente convertíveis a requerimento e à custa do acionista interessado.

Os títulos de ações, quer provisórios, quer definitivos, serão sempre assinados por dois administradores.

Todas as ações são livremente transmissíveis, não havendo restrições quanto à sua titularidade e/ou transmissibilidade.

Será contado um voto por cada 100 ações, não havendo qualquer limitação ao número de votos de que cada acionista pode dispor.

O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acordos parassociais relativos à Consest que possam conduzir a eventuais restrições.

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A sociedade não detém qualquer participação no capital de outras sociedades, nem emitiu obrigações.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm quaisquer ações e obrigações.

As relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade restringem-se à prestação de serviços técnicos entre a Sagestamo e participadas e que estão quantificadas nos respetivos Relatórios de Gestão.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

São órgãos da sociedade a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

A. Mesa da Assembleia geral

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos por períodos de três anos.

Em 3 de novembro de 2014, foi renovado o mandato dos membros da assembleia geral. O quadro seguinte, evidencia a composição atual da mesa da assembleia geral:

Mandato Início - Fim	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) (1)	Bruto Pago (€) (2)
2014-2016	Presidente	Ligia Maria do Nascimento Messias de Jesus	500,00 €	500,00 €
2014-2016	Secretária	Dora Isabel Dias Sobral Chumela	350,00 €	350,00 €

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

Não obstante a renovação de mandato anteriormente referida, evidencia-se infra a informação sobre os anteriores membros da assembleia geral:

Mandato Início - Fim	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) (1)	Bruto (€) (2)
2009-2011	Presidente	Ligia Maria do Nascimento Messias de Jesus	311,85 €	623,70 €
2009-2011	Secretário	Dora Isabel Dias Sobral Chumela	187,26 €	374,52 €

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

Sublinhe-se que pese embora hajam sido designados para o mandato de 2009/2011, os órgãos sociais se mantiverem em funções até 3 de novembro de 2014, data em que foram designados novos órgãos sociais, desta feita para o mandato de 2014/2016.

As deliberações são obrigatórias para todos os acionistas e são tomadas por maioria de votos emitidos pelos acionistas presentes ou representados, exceto nos casos em que a lei exija maioria qualificativa.

B. Administração e Supervisão

O conselho de administração, é eleito pela assembleia geral, que designará também o seu presidente e é composto por três membros, que poderão ou não ser acionistas, eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos no máximo por três triénios sucessivos.

Os membros do conselho de administração serão ou não remunerados, conforme for deliberado pela assembleia geral.

Os membros do conselho de administração podem fazer-se representar nas reuniões do conselho por outros administradores, mediante carta dirigida ao presidente, e que só poderá ser utilizada uma única vez.

O conselho de administração poderá delegar num administrador a gestão corrente da sociedade.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

A falta, seguida ou interpolada, de um membro do conselho de administração a mais de duas reuniões deste órgão por ano, sem justificação aceite pelo conselho de administração, conduz a uma falta definitiva do administrador, devendo proceder-se à sua substituição nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

Todos os membros dos órgãos sociais da empresa são executivos e independentes.

Caraterização, estrutura e competências Órgãos Sociais

Compete ao conselho de administração, sem prejuízo das demais competências que lhe conferem a lei e os estatutos:

- Adquirir, alienar, onerar bens móveis, mediante autorização prévia da assembleia geral;
- Representar a sociedade ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
- Confessar, desistir ou transigir em qualquer ação ou processo, tanto judicial como arbitral;
- Constituir mandatários da sociedade, seja qual for o alcance e a extensão do mandato, nos precisos termos e para os atos ou atividades que ficarem constando no livro de atas do conselho de administração;

Não existem delegações de competência definidas, pois para além da empresa não possui trabalhadores, todas as decisões são tomadas nas reuniões do Conselho de Administração e o organograma é constituído apenas pelo seus órgãos sociais (assembleia geral, fiscal único e conselho de administração).

Composição atual do conselho de administração eleito a 3 de novembro de 2014

Mandato					
Início - Fim	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2014-2016	Presidente	Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal	Eleição	2	
2014-2016	Vice Presidente	Dra. Maria João Alves Sineiro Canha	Eleição	1	
2014-2016	Vogal Executivo	Engº António Maria de Sousa Monteiro Abecasis	Eleição	1	

Composição anterior dos órgãos sociais

Mandato					
Início - Fim	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2009-2011	Presidente	Dr. Mário Alberto Donas	Eleição	3	
2009-2011	Vogal	Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires	Eleição	2	
2009-2011	Vogal	Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal	Eleição	1	

Estiveram em funções até finais de outubro de 2014.

Sublinhe-se que pese embora hajam sido designados para o mandato de 2009/2011, os membros do conselho de administração assim designados se mantiveram em funções até 3 de novembro de 2014, data em que foram designados novos órgãos sociais, desta feita para o mandato de 2014/2016.

O Conselho de Administração realizou 12 reuniões em 2014, estando presentes todos os seus membros.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Desempenho de funções noutras sociedades

O Presidente Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal desempenha o cargo de Presidente da Sagestamo e da Estamo.

A Vice-presidente Dra. Maria João Alves Sineiro Canha desempenha o cargo de Vice - Presidente da Sagestamo e da Estamo.

O Vogal Executivo Eng.º António Maria de Sousa Monteiro Abecasis desempenha o cargo de Vogal Executivo na Estamo.

Regimes de Segurança Social

Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal – Presidente: Regime Geral da Segurança Social.

Dra. Maria João Alves Sineiro Canha – Vice-presidente: Regime Geral da Segurança Social

Eng.º António Maria de Sousa Monteiro Abecasis – Vogal Executivo: Regime Geral da Segurança Social

Complementos de reforma e respetivos encargos

Não está instituído qualquer regime de complemento de reforma para os membros do Conselho de Administração, nem para os trabalhadores da Empresa.

Curriculos dos membros dos órgãos sociais

No anexo I ao presente Relatório apresentam-se os currículos dos membros dos órgãos sociais.

Relações familiares, profissionais ou comerciais

Os membros do Conselho de Administração não mantêm relações familiares, profissionais ou comerciais com o acionista único.

Declaração de participações patrimoniais

Os membros do Conselho de Administração não detêm quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem têm quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflito de interesses, apresentando-se em anexo as respetivas declarações individuais.

Avaliação do desempenho

Não existem contratos de gestão com cada Administrador executivo, incumbindo à acionista a avaliação do respetivo desempenho.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

À presente data encontra-se em curso, a avaliação da possibilidade de uma futura fusão por incorporação da Consest na Estamo.

Comissões existentes no órgão de administração

No âmbito do órgão de administração, não se encontram constituídas quaisquer comissões, seja de administração, seja de supervisão.

C. Fiscalização

A CONSEST não dispõe de Conselho Fiscal, pelo que a fiscalização dos negócios sociais compete a um fiscal único e um suplente, que é eleito em assembleia geral por um período de três anos, podendo ser reeleito por sucessivos triénios.

Atualmente o órgão de fiscalização é composto pelos seguintes membros:

Fiscal Único: Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego, ROC nº 1285

Fiscal Suplente: Victor José & Associados, SROC ROC nº 135

Mandato				Nº de Mandatos exercidos na sociedade	
Início - Fim	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação		Observações
2014-2016	Fiscal Único	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	Eleição AG	2	

Mandato			Remuneração Anual	
Início - Fim	Cargo	Nome	Fixada (€) (1)	Bruto Pago (€) (2)
2014-2016	Fiscal Único	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	9.000 €	9.000 €

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) Antes de reduções remuneratórias

Valores sem IVA

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

No âmbito das suas competências de revisor, o ROC verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno. O ROC procede ainda à verificação do relatório de governo societário, nos termos legais aplicáveis.

Compete igualmente ao ROC verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, a exatidão dos documentos de prestação de contas e se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Foi eleita para o cargo de ROC a sociedade Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego, ROC nº 1285.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

O Decreto-Lei nº 224/2008 de 20 de novembro, que aprovou o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, impõe, a título de requisitos de independência, a rotação do sócio responsável pela orientação ou execução da revisão legal de contas dispondo que os revisores oficiais de contas designados para o exercício da revisão legal das contas são inamovíveis antes de terminado o mandato ou, na falta de indicação deste ou de disposição contratual, por períodos de quatro anos, salvo com o seu expresse acordo, manifestado por escrito, ou verificada justa causa arguível nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e na legislação respetiva para as demais empresas ou outras entidades (artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

Em 28 de abril de 2011, o Fiscal Único Dr. José Manuel da Silva, Roc nº 445 apresentou renúncia ao cargo, tendo desde então assumido as respetivas funções o Fiscal Único suplente, a Victor José & Associados, SROC representada pelo Dr. Eduardo Rego, Roc nº 1285.

Acrescente-se que o referido Fiscal Único foi reconduzido nas respetivas funções relativamente ao mandato de 2014-2016.

Mandato					
Início - Fim	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2014-2016	ROC	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	Eleição AG	2	

Mandato			Remuneração Anual	
Início - Fim	Cargo	Nome	Fixada (€) (1)	Bruto Pago (€) (2)
2014-2016	ROC	Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	9.000 €	9.000 €

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) Antes de reduções remuneratórias

E. Auditor Externo

Nenhuma das empresas do Grupo Sagestamo possui Auditor Externo.

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

A alteração dos estatutos da sociedade só pode ser efetuada pela Assembleia Geral ou por Diploma Legal.

A Consest possui desde 2010, para além do Código de Ética, o regulamento com a Política de Gestão de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas atualizados em 2013, bem como um Plano de Prevenção desses riscos, cumprindo toda a legislação e as melhores práticas sobre estas matérias, os quais são do conhecimento dos administradores e colaboradores do Grupo.

Acrescem a estes instrumentos, os Manuais de Procedimentos internos relativos às áreas de compra de imóveis, aquisição de bens e serviços, contratação de empreitadas, avaliação de imóveis, arrendamento de imóveis, contabilidade, recebimentos e pagamentos, vendas de imóveis e recursos humanos.

Todas as operações que envolvem estes tipos de riscos são analisadas e aprovadas em reunião do Conselho de Administração.

Na referida Política de Gestão de Riscos, estão definidos os meios e as regras de comunicação confidencial de eventuais fraudes, corrupção e infrações conexas.

Não houve qualquer ocorrência na empresa nesta matéria e não foi elaborado um Relatório anual identificativo das Ocorrências ou Riscos de Ocorrência.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Os riscos da sociedade estão, em grande parte, associados ao valor dos imóvel em carteira, às perspetivas de evolução do mercado imobiliário e à evolução das taxas de juro. Assim sendo e tratando-se de riscos exógenos à atividade da sociedade, a respetiva prevenção assenta, essencialmente, na manutenção de um balanço sólido e por tal facto, na contínua necessidade de redução da dívida em suprimentos.

Do mesmo modo e para fazer face às flutuações do mercado imobiliário, a sociedade empenha-se no registo do seu imóvel pelo valor de mercado efetivo, facto bem traduzido a nível das contas consolidadas nos 6,3 milhões de euros de imparidades líquidas assumidas no exercício de 2014.

A nível dos procedimentos e controlo interno, para além do referido no ponto anterior, a empresa utiliza a Direção Administrativa e Financeira, a Área de Promoção Imobiliária e a Área Jurídica do Grupo Sagestamo que realizam todos os procedimentos para aquisição de bens e serviços, para a contratação de empreitadas e para os pagamentos e recebimentos, sendo a contabilização destes movimentos efetuada por uma empresa da especialidade.

Anualmente é efetuada a avaliação ao único imóvel em carteira da empresa, por entidade certificada pela CMVM, de modo a aferir o real valor dos ativos e a detetar situações de imparidade.

O Revisor Oficial de Contas acompanha pormenorizadamente as ações referidas, que também são por ele verificadas.

Relativamente à existência de plano estratégico e de política de risco das sociedades, a atuação da Sagestamo e suas participadas, dos seus dirigentes e colaboradores está enquadrada por um sistema regulamentar e normativo definido com o objetivo de preservar o valor dos ativos confiados à gestão e à qualidade dos serviços prestados. Incluem-se neste conjunto de documentos, o Código de Ética, a Política de gestão de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas, ambos atualizados em 2013 e o Plano de

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Prevenção de Riscos de Fraude e Infrações Conexas que definem por atividade os riscos, a probabilidade da sua ocorrência e as medidas para os mitigar, dos quais se salienta, para o controlo e transparência dos processos o Regulamento de Venda dos Imóveis, o Regulamento para Aquisição de Bens e Serviços e Contratação de Empreitadas. Para além destes instrumentos o Grupo possui para todas as empresas, manuais de procedimentos das principais áreas operacionais: compra de imóveis; venda de imóveis, aquisição de bens e serviços e contratação de empreitadas; arrendamentos; pagamentos e recebimentos; Contabilidade. Cada responsável de Direção ou Área, tem de seguir os procedimentos definidos nos respetivos manuais de procedimentos, que descrevem os processos para o desenvolvimento da sua atividade incluindo a compra ou venda de imóveis ou os arrendamentos ou as aquisições de bens e serviços e contratação de empreitada. Quaisquer autorizações de pagamentos são analisadas e decididos pelo Conselho de Administração.

A Sagestamo e suas participadas não possuem órgão ou comissões de auditoria interna, sendo abrangidas pela auditoria interna e pela Comissão de Auditoria da Parpública, sua única acionista. O processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos é realizado, aquando das auditorias realizadas, pela área da Auditoria Interna da Parpública.

C. Regulamentos e Códigos

A Consest, enquanto sociedade detida inteiramente pela Sagestamo que é detida pela Parpública que por sua vez é integralmente detida a 100% pelo Estado, está sujeita à legislação que enquadra a atividade das empresas do sector empresarial do Estado, nomeadamente no que concerne à observância dos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas;
- Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março que aprovou o Estatuto do Gestor Público;

A Consest está ainda sujeita ao controlo financeiro por parte do Tribunal de Contas no quadro do acompanhamento das empresas de capital público de acordo com o enquadramento definido pela Lei 98/87, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei 48/2006, de 29 de agosto.

A nível dos procedimentos e controlo interno, para além do que já se referiu sobre os Manuais de Procedimentos, a estrutura da Sociedade utiliza a estrutura da Sagestamo, cabendo a esta realizar todos os procedimentos de aquisição de bens, serviços e empreitadas, bem como todos os pagamentos e recebimentos, incluindo as consultas ao mercado e a sua contratualização, sendo a contabilização efetuada por empresas da especialidade.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

A empresa não possui órgão ou comissões de auditoria interna sendo abrangida pela auditoria interna e pela Comissão de Auditoria da Parpública, sua acionista indireta.

Como referido supra, encontra-se aprovado desde 2010 um Plano de Prevenção de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas no qual se definem os principais riscos, o grau de probabilidade de ocorrência e a descrição dos controlos, envolvendo todos os Colaboradores e a própria Administração. As Direções e Áreas do Grupo Sagestamo têm competência no controlo de risco das respetivas Direções e Áreas. Também possui, como se referiu, Código de Ética e a Política de Prevenção de Riscos de Fraude Corrupção e infrações Conexas ambos atualizados em 2013.

Os documentos estão publicados no sítio da empresa tendo sido divulgados, em tempo, a todos os Colaboradores.

Relativamente aos relatórios de execução orçamental e tendo em conta a necessidade de cumprimento dos prazos, algumas vezes se procedeu ao respetivo carregamento em SIRIEF sem a assinatura de todos os membros do Conselho de Administração e sem a inclusão do relatório do órgão de fiscalização e a assinatura do técnico oficial de contas, irregularidades cuja repetição se espera que não ocorra no decurso do presente exercício.

Por último, a atividade da empresa e dos seus colaboradores está sujeita ao cumprimento de regras de transparência, idoneidade e segurança relativamente ao desempenho da sua atividade e ao exercício das suas funções.

D. Deveres especiais de informação

A Consest utiliza a plataforma da DGTF e IGF do Sistema SIRIEF para o cumprimento dos deveres de informação a que se encontra sujeita, nomeadamente, os relativos ao reporte de informação económica e financeira, grau de execução dos objetivos fixados; planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais; documentos anuais de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

O SIRIEF constitui uma ferramenta de gestão potenciadora da otimização do processo de recolha e análise de informação a que a empresa está sujeita.

E. Sítio de Internet

Em cumprimento dos princípios de bom governo estabelecidos e em respeito pelas boas práticas sancionadas pelos mercados, a empresa, não obstante não ter site próprio, procede à divulgação no site da sua acionista única, a Sagestamo (www.sagestamo.pt) dos elementos previstos no artigo 53º do

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Decreto-Lei n.º 133/2013, nomeadamente, a identificação da sua sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais; os estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões; os documentos de prestação de contas anuais.

A empresa assegura, designadamente no seu Relatório do Exercício Anual, a disponibilização de informação individualizada sobre a remuneração auferida pelos membros dos órgãos de fiscalização e administração, discriminando, quando for o caso, os montantes relativos às componentes fixas e variáveis, bem como informação referente a todos os demais benefícios e regalias.

Em cumprimento dos princípios de bom governo estabelecidos e em respeito pelas boas práticas sancionadas pelos mercados, a empresa igualmente procede à divulgação no referido site e em outros suportes adequados da política de remunerações estabelecida.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse geral

A Sociedade não tem outras obrigações de serviço público que não as que decorrem da natureza da sua composição acionista, não lhe sendo aplicável o disposto do artigo 48º do Decreto – Lei 133/2013.

O respetivo modelo de financiamento assenta nos suprimentos recebidos da acionista Sagestamo.

A empresa não registou qualquer apoio financeiro recebido do Estado nos últimos três exercícios ou até em exercícios anteriores.

VI. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a determinação da remuneração dos Órgãos Sociais

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

A empresa possui mecanismos, nomeadamente, manuais de procedimentos e instruções de serviços, para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos sociais, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Nenhum administrador pode aprovar as suas próprias despesas.

Anexa-se ao presente Relatório, as declarações apresentadas pelos membros do Conselho declarando que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Não está constituída comissão de vencimentos.

A Consest foi classificadas no Grupo C, cujas remunerações estão definidas legalmente.

C. Estrutura das remunerações

Nos termos do disposto no Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012 de 26 de março, a Consest foi classificada como uma empresa pública da categoria C, sendo-lhe aplicável, por força do previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro, os limites máximos para a remuneração dos membros dos órgãos de administração da sociedade aí definidos para sociedades dessa categoria.

Os membros do conselho de administração não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

A remuneração do Fiscal Único, do ROC e dos Membros da Mesa da Assembleia Geral estão sujeitos aos limites estabelecidos no Despacho 764/SETF/2012.

Igualmente, foi dado cumprimento à proibição do pagamento de prémios de gestão constante do art.º 41º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

D. Divulgação das Remunerações

O Presidente e a Vice-presidente do Conselho de Administração não são remunerados por esta sociedade mas pela Sagestamo. O Vogal executivo da sociedade é remunerado pela empresa Estamo. O quadro infra faz menção às remunerações auferidas pelos membros do CA noutras Sociedade do grupo.

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e atendendo ao preceituado no seu artigo 3.º, sob a epígrafe "Divulgação de remuneração", discrimina-se de forma individual e agregadamente as remunerações auferidas, após aplicação das reduções legais em vigor, dos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 2014:

Conselho de Administração

	Nome	Cargo	Remuneração Fixa auferida em 2014	Remuneração Variável	TOTAL
Conselho de Administração	Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal	Presidente	- €	- €	- €
Conselho de Administração	Dra. Maria João Alves Sineiro Canha	Vice Presidente	- €	- €	- €
Conselho de Administração	Engº António Maria de Sousa Monteiro Abecasis	Vogal Executivo	- €	- €	- €
	TOTAL		- €	- €	- €

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

ROC

Nome	Cargo	Remuneração Fixa auferida em 2014	Remuneração Variável	TOTAL
Victor José & Associados, SROC representada por Dr. Eduardo Rego	ROC	9.000,00 €	- €	9.000,00 €
TOTAL		9.000,00 €	- €	9.000,00 €

*Valor sem IVA

Assembleia Geral

Nome	Cargo	Remuneração Fixa auferida em 2014	Remuneração Variável	TOTAL
Ligia Maria do Nascimento Messias de Jesus	Presidente AG	1.005,10 €	- €	1.005,10 € *
Dora Isabel Dias Sobral Chumela	Secretária AG	687,87 €	- €	687,87 € *
TOTAL		1.692,97 €	- €	1.692,97 €

*Valor Bruto auferido depois de reduções remuneratórias

Os montantes constantes dos quadros *supra* refletem a aplicação das reduções legais em vigor.

Dado que a eleição para novo mandato, ocorreu apenas em 3 de novembro de 2014, o quadro *supra* inclui o valor líquido de duas senhas de presença pagas de acordo com a remuneração fixada no mandato anterior e uma de acordo com a remuneração fixada para o mandato atualmente em curso.

Com efeito, a política remuneratória prosseguida em 2014 obedeceu ao preceituado no Estatuto do Gestor Público e nos demais diplomas em vigor. Nesta conformidade, os referidos montantes traduzem a aplicação do Despacho nº 764/SEFT/2012, de 25 de maio, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho de 2010, que introduziu a redução em 5% da remuneração mensal ilíquida dos gestores públicos e dos artigos 33º e 37º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, que determinaram respetivamente, a aplicação de reduções remuneratórias e a não atribuição de prémios de gestão.

Também ao Revisor Oficial de Contas da sociedade se aplicaram, em 2014, as reduções remuneratórias previstas no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Não existiram quaisquer remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios, nem foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Todas as remunerações dos órgãos sociais estão divulgadas no sítio da Sociedade na página relativa aos Recursos Humanos.

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

Os negócios jurídicos entre uma Parte Relacionada - isto é, (a) um membro de um órgão de administração ou de fiscalização da Consest ou de qualquer sociedade que se encontre em relação de domínio ou de

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

grupo com a Consest, nos termos do disposto no artigo 21.º do Cód.VM ("Sociedades Participadas") ou (b) qualquer pessoa singular que, pelo cargo que desempenhe na Consest ou nas Sociedades Participadas, exerça funções de chefia e de gestão, ou tenha acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada ou (c) um acionista detentor de participação qualificada de, pelo menos, 2% do capital social da Consest ou das Sociedades Participadas, calculada nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM ou ainda (d) uma entidade terceira, relacionada com um Dirigente ou um Acionista Relevante por meio de qualquer interesse comercial ou pessoal relevante – serão sempre submetidas pela empresa, à apreciação e aprovação dos respetivos acionistas.

A submissão à apreciação e aprovação dos respetivos acionistas é efetuada pelo Conselho de Administração, com, pelo menos, 15 dias de antecedência face à data do projetado negócio, acompanhada com os seguintes elementos:

- Uma caracterização sumária dos termos essenciais da operação em causa;
- Uma breve contextualização da operação, incluindo os procedimentos pré-contratuais adotados;
- No caso de terem existido diversas propostas, os critérios que foram adotados para a seleção da contraparte final;
- No caso de não ter havido consulta a mais nenhuma entidade, as razões para a adoção desse procedimento;
- No caso de, pela sua natureza, haver urgência na celebração do negócio, a menção e competente justificação desse facto e das circunstâncias aplicáveis;
- Os mecanismos adotados para a prevenção de conflitos de interesses e a demonstração de que a operação será realizada em condições normais de mercado.

Os respetivos acionistas, devem aferir, nas operações que lhe sejam submetidas, da adequação dos procedimentos pré-contratuais e contratuais adotados e da razoabilidade e adequação da fundamentação apresentada, tendo em conta as finalidades de:

- A prossecução do interesse social da empresa e das Sociedades do grupo;
- Adequação das condições da operação às condições de mercado em que o tipo de transação é normalmente celebrada;
- Não atribuição, direta ou indireta, de vantagens excessivas à Parte Relacionada, no contexto da realização da operação.

Os procedimentos para aquisição de bens e serviços, estão definidos no Regulamento para Aquisição de Bens e Serviços, Locação de Bens e Contratação de Empreitadas, em que se privilegia, após aprovação da necessidade pelo Conselho de Administração, a consulta limitada a vários fornecedores ou prestadores

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

de serviço, a entrega das propostas até ao dia e hora fixados, a abertura das mesmas por uma Comissão para Abertura e Análise das Propostas e a aprovação do Conselho de Administração após análise e confirmação dos procedimentos efetuados em cada caso. Excetuam-se quando se trate de serviços especializados de natureza artística ou técnica, nomeadamente consultoria ou procuradoria jurídica ou de consultoria financeira ou quando se verifique urgência, sobretudo se se tratar de contratações que não ultrapassem os mil euros.

Não houve transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

No quadro infra apresenta-se a lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

Fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.
Sagestamo – SGPS
Estamo,SA
Fundiestamo - Sociedade Gestora
Victor José & Assoc - SROC,Lda

Por fim, refira-se ainda que não existem quaisquer negócios entre, por um lado, a Sociedade e, por outro, os membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização ou os membros dos órgãos de administração ou fiscalização de sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

A Consest é a uma participada da Sagestamo focalizada na área imobiliária.

A estratégia adotada consiste na valorização do único imóvel que a empresa possui, através da definição de um conceito para o mesmo (Master Plan) e do desenvolvimento de um Plano de Pormenor (PP), com apoio de projetistas externos e sob a égide do Município da Amadora, tendo em vista a sua aprovação e a consequente alienação do ativo com criação de valor para o acionista. As metas que dependem da empresa têm sido cumpridas, aguardando-se que as entidades licenciadoras aprove o referido PP.

As políticas prosseguidas para garantir a eficiência económica e financeira, são a redução ao mínimo possível dos custos de estrutura e a obtenção dos melhores preços na aquisição de bens e serviços e nas empreitadas.

A forma de atuação dos administradores da empresa pauta-se por princípios que garantem o objetivo de preservação da imagem sólida e do bom nome da Consest, tanto no relacionamento com o acionista,

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

instituições de supervisão e participadas, como também com as entidades de licenciamento urbanístico, os clientes, os fornecedores e o mercado em geral.

A Consest atua no cumprimento das normas legais, sociais e ambientais em vigor, valorizando as iniciativas que visem alcançar o maior nível de eficiência económica, financeira, social e ambiental com integral respeito pelo princípio da qualidade.

As medidas adotadas pelo "Grupo" Sagestamo no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, não são aplicáveis a esta Sociedade pois a mesma não possui qualquer Colaborador no quadro e os membros dos Órgãos Sociais são nomeados pelo Acionista.

Na elaboração do Master Plan e do Plano de Pomenor para o projeto da Falagueira levaram-se em consideração todas as questões de preservação ambiental e o cumprimento de todas as normas e regulamentos em vigor.

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

No desenvolvimento da sua atividade, a Consest procura cumprir os princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado aprovados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e presta especial atenção a todas as orientações e recomendações dos organismos da tutela e supervisão.

Nesse sentido, o Conselho de Administração assumiu uma postura alinhada com as melhores práticas, visando responder, de forma adequada, às necessidades de responsabilização, de transparência, de qualidade dos procedimentos internos e de divulgação clara e atempada da informação relevante sobre a atividade da Empresa.

A empresa procurou cumprir as recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática do governo societário (artigo 54º do Decreto – Lei n.º 133/2013). Em complemento à informação constante dos relatórios apresentados pelas empresas, complementa-se no presente documento com as observações apresentadas pela UTAM no seu Relatório de análise 43/2015.

Para efeitos de sistematização da informação constantes dos relatórios de Governo Societário e do presente documento, abaixo consta um quadro resumo, por capítulo, título, ponto.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

	Relatório de Governo Societário da Consest	Identificação		Divulgação		Observações
		SIM	NÃO ou Não Aplicável	SIM	NÃO ou Não Aplicável	
I	Missão, Objetivos e Políticas					
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		
2.a) e b)	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas	X		X		
II	Estrutura de Capital					
1.	Estrutura de capital	X		X		
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		
3.	Acordos parassociais.		X	X		Não aplicável
III	Participações Sociais e Obrigações detidas					
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		As participadas da Sagestamo não detêm quaisquer participações sociais noutras entidades.
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.		X	X		Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.		X	X		Não aplicável
IV	Órgãos Sociais e Comissões					
A.	Mesa da Assembleia Geral					
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

	Relatório de Governo Societário da Consest	Identificação		Divulgação		Observações
		SIM	NÃO ou Não Aplicável	SIM	NÃO ou Não Aplicável	
B.	Administração e Supervisão			X		
1.	Modelo de governo adotado	X		X		
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		Anexo ao Relatório
6.	Apresentação de declaração dos administradores aos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		Anexo ao presente documento
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.		X	X		Não aplicável
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		
9.	Funcionamento do Conselho de Administração.	X		X		
9.a)	Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade	X		X		
9.b)	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas	X		X		
9.c)	Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos	X		X		
9.d)	Comissões existentes no órgão de administração		X	X		Não aplicável
C.	Fiscalização					
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do	X		X		As participadas Consest e Fundiestamo

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Relatório de Governo Societário da Consest		Identificação		Divulgação		Observações
		SIM	NÃO ou Não Aplicável	SIM	NÃO ou Não Aplicável	
	mandato, número de membros efetivos e suplentes.					não possuem Conselho Fiscal.
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		
4.a)	Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade	X		X		
4.b)	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas	X		X		
4.c)	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		X		
4.d)	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		
D.	Revisor Oficial de Contas					
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		
2.	Indicação das limitações legais.	X		X		
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.		X	X		Não aplicável
E.	Auditor Externo					
	Identificação.		X	X		Não aplicável. Nenhuma das empresas do Grupo Sagestamo possui Auditor Externo.
	Política e periodicidade da rotação.		X	X		
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X	X		
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X	X		
V.	Organização Interna					
A.	Estatutos e Comunicações					
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

	Relatório de Governo Societário da Consest	Identificação		Divulgação		Observações
		SIM	NÃO ou Não Aplicável	SIM	NÃO ou Não Aplicável	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		
B.	Controlo interno e gestão de riscos					
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		
3.	Existência de plano estratégico e de política de risco	X		X		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		
C.	Regulamentos e Códigos					
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		
3.	Planos de Ação para a prevenção de Fraudes.	X		X		
D.	Deveres Especiais de Informação					
1.	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação	X		X		
2.	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X		
E.	Sítio de Internet					
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral		X	X		Não aplicável

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

	Relatório de Governo Societário da Consest	Identificação		Divulgação		Observações
		SIM	NÃO ou Não Aplicável	SIM	NÃO ou Não Aplicável	
VI	Remunerações	X		X		
A.	Competência para a Determinação					
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		
2.	Mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		
3.	Apresentação de declaração dos administradores	X		X		Anexo ao presente documento
B.	Comissão de Fixação de Remunerações		X	X		Não aplicável
	Composição.		X	X		Não aplicável
C.	Estrutura das Remunerações					
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.		X	X		Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.		X	X		Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prêmio.		X	X		Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		
D.	Divulgação das Remunerações					
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prêmios.		X	X		Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.		X	X		Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

	Relatório de Governo Societário da Consest	Identificação		Divulgação		Observações
		SIM	NÃO ou Não Aplicável	SIM	NÃO ou Não Aplicável	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras					
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental					
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Adoção de planos de Igualdade d) Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade de Género e) Políticas de Recursos Humanos f) Responsabilidade económica.	X		X		
IX	Avaliação do Governo Societário					
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		
2.	Outras informações		X	X		Não aplicável

Não existem informações adicionais relevantes além das constantes dos Relatórios do Governo Societário e das constantes do presente documento.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Lisboa, 18 de setembro de 2015

O Conselho de Administração



Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal

Presidente



Dr.ª Maria João Alves Sineiro Canha

Vice-presidente

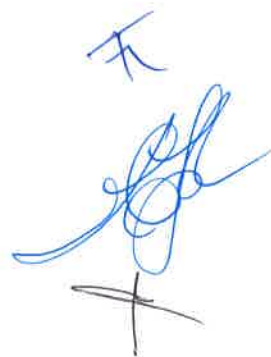


Eng.º António Maria de Sousa Monteiro Abecasis

Vogal Executivo

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'K' at the top, followed by a series of loops and a horizontal line at the bottom.

ANEXOS

Dr. Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal

Académico e Profissional

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa concluída em 1981 com a média final de quinze valores.

- Presidente da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias S.A. desde agosto de 2010.
- Vice-Presidente da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias S.A. desde maio de 2010 a agosto de 2010.
- Presidente do Conselho de Administração da Estamo - Participações Imobiliárias, S.A desde junho de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. de junho de 2008 a abril de 2010.
- Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior de maio de 2007 a maio de 2008.
- Administrador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE de setembro de 2005 a abril de 2007.
- Assessor nas áreas de Finanças Públicas e Economia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República de setembro de 2002 a agosto de 2005.
- Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social de junho de 1996 a julho de 2002.

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Dra. Maria João Alves Sineiro Canha

Académico e Profissional

- Vice-presidente da SAGESTAMO SGPS e das suas participadas ESTAMO e CONSEST desde junho de 2015.
- Anteriormente e durante 7 anos, foi Administradora Executiva e interlocutora direta junto do acionista da SOMAGUE IMOBILIÁRIA, SA. e das suas participadas, sendo aquela a promotora imobiliária em Portugal do Grupo espanhol Sacyr, Grupo onde iniciou funções em 2002 como jurista.
- De 1996 a 2002 foi Assessora no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa.
- Entre 1993 e 1996 foi Diretora Geral da "NOGA-HOTEL LISBOA, Empreendimentos Turísticos e Comerciais, SA." e da "APROFIM PORTUGAL- Investimentos Imobiliários, Promoção e Obras Públicas, SA." participadas em Portugal do conglomerado "NOGA GROUP" com sede em Genebra, Grupo onde iniciou funções em 1990 como jurista.
- Entre 1989 e 1990 foi jurista estagiária no Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa.
- Na sequência do estágio realizado e concluído entre 1988 e 1990, tem Cédula Profissional da Ordem dos Advogados, atividade que se encontra suspensa.
- Deu aulas como Assistente do Curso de Direito da Universidade da Universidade Internacional entre 1990 e 1996 e como Monitora na Faculdade de Direito de Lisboa entre 1988 e 1990, Faculdade esta onde conclui a Licenciatura em Direito na Menção de Jurídico-Económicas em junho de 1988.
- Em 2004/2005 frequentou e concluiu o Programa Avançado de Gestão para Executivos (PAGE) da Universidade Católica.

Eng.º António Maria de Sousa Monteiro Abecasis



Europass
Curriculum Vitae

Informação pessoal

Nome(s) próprio(s) / Apelido(s) **António Maria Sousa Monteiro Abecasis**
Morada(s) Rua das Trovas d'el Rey, 31, 2705-175 Colares Banzão (Portugal)
Telemóvel 969834358

Endereço(s) de correio electrónico antonio.maria.abecasis@gmail.com

Nacionalidade Portuguesa

Data de nascimento 29/09/1954

Sexo Masculino

Experiência profissional

Datas Desde 2/6/2014

Função ou cargo ocupado Vogal Executivo do Conselho de Administração

Nome e morada do empregador ESTAMO, Participações Imobiliárias, S. A.
Av. Defensores de Chaves, nº 6 – 4º
1 049-063 Lisboa

Datas 01/10/2011 – 31/12/2013

Função ou cargo ocupado Colaborador

Principais actividades e responsabilidades Membro da equipa nomeada pela Fundação Calouste Gulbenkian para a remodelação do Grande Auditório.

Nome e morada do empregador Fundação Calouste Gulbenkian
Avª. de Berna, 45, Lisboa (Portugal)

Datas 01/10/2008 - 01/10/2011

Função ou cargo ocupado coordenador de construção

Principais actividades e responsabilidades coordenador do grupo de construção da equipa responsável pela gestão e fiscalização do sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto.

Nome e morada do empregador Ferconsult
Lisboa (Portugal)

Datas 01/05/2007 - 01/10/2008

Função ou cargo ocupado Assessor

Principais actividades e responsabilidades	Assessor do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa como elemento de juri de concursos públicos
Nome e morada do empregador	EMEL
Datas	01/03/2007 - 31/05/2007
Função ou cargo ocupado	Assessor
Principais actividades e responsabilidades	Assessor da vice presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com especial incidência nos problemas relacionados com a área do urbanismo.
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Lisboa
Datas	01/11/2003 - 01/03/2007
Função ou cargo ocupado	Assessor
Principais actividades e responsabilidades	Assessor do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa para os assuntos relacionados com as empreitadas em curso, nomeadamente na ligação com a Câmara Municipal de Lisboa, para a resolução das situações relacionadas com os projectos e trabalhos de reposição urbanística.
Nome e morada do empregador	Metropolitano de Lisboa
Datas	01/03/2003 - 01/11/2003
Função ou cargo ocupado	Assessor
Principais actividades e responsabilidades	Assessor do Presidente da Câmara Municipal de Sintra na área do urbanismo.
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Sintra
Datas	01/06/1989 - 01/03/2003
Função ou cargo ocupado	Administrador
Principais actividades e responsabilidades	Responsável por toda a actividade da empresa, nomeadamente na área da promoção imobiliária, tendo sido o principal responsável por todas as aquisições de terrenos e/ou edifícios para construção, reconstrução e posterior colocação e venda no mercado imobiliário, bem como de todas as empreitadas como a executada para a construção do novo edifício sede da Caixa Geral de Depósitos, da impermeabilização da fachada do edifício sede da Cosec, da construção de um bloco de apartamentos em Sesimbra e da construção do centro Colombo.
Nome e morada do empregador	AVV, empreiteiros, S.A.
Datas	01/11/1985 - 01/06/1989
Função ou cargo ocupado	Director de Produção
Principais actividades e responsabilidades	Director de Produção da firma António Veiga, Empresa de Construções, S. A., sendo responsável por todas as obras executadas pela empresa, nomeadamente, a construção da barragem da Marateca, a construção do troço do Metropolitano de

Lisboa Entrecampos, Cruz Norte, a construção da conduta adutora de abastecimento de água Marateca - Castelo Branco, a reconstrução da EN 259 entre S. Margarida do Sado e Ferreira do Alentejo, a construção do interface do colégio militar e respectiva galeria de passageiros do Metropolitano de Lisboa, a reconstrução da Av^a. Ribeira das Naus e a remodelação da plataforma A do aeroporto de Lisboa.

Nome e morada do empregador António Veiga, empresa de Construções, S. A.

Datas 12/10/1978 - 01/11/1985

Função ou cargo ocupado Engenheiro projectista

Principais actividades e responsabilidades Colaboração em equipas multidisciplinares na elaboração de projectos de saneamento básico e de órgãos de segurança de diversos aproveitamentos hidráulicos.

Nome e morada do empregador Hidrotécnica Portuguesa, Consultores para Estudos e Projectos, Ld^a.

Datas 01/10/1977 - 01/10/1978

Função ou cargo ocupado Estagiário

Principais actividades e responsabilidades Estagiário inserido numa equipa responsável pela elaboração de diversos projectos na área da engenharia sanitária.

Nome e morada do empregador CESL, Consultores de Engenharia Sanitária, Ld^a.

Datas 01/09/1977 - 31/10/1977

Função ou cargo ocupado Estagiário

Principais actividades e responsabilidades Elaboração de ensaios hidráulicos em modelo reduzido.

Nome e morada do empregador Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Educação e formação

Datas 12/10/1978

Designação da qualificação atribuída Licenciatura em Engenharia Civil

Principais disciplinas/competências profissionais Curso de licenciatura em Engenharia Civil (opção hidráulica).

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Superior Técnico

Nível segundo a classificação nacional ou internacional Licenciatura

Aptidões e competências pessoais



Primeira língua Português

Consest

Relatório do Governo Societário 2014

Outra(s) língua(s)		Compreensão		Conversaço		Escrita	
Auto-avaliação	Nível europeu (*)	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral		
Inglês	C2	Utilizador avançado	C2 Utilizador avançado	C2 Utilizador avançado	C2 Utilizador avançado	C2 Utilizador avançado	Utilizad or avançado
Francês	C2	Utilizador avançado	C2 Utilizador avançado	C2 Utilizador avançado	C2 Utilizador avançado	C1 Utilizador avançado	Utilizad or avançado
Espanhol / Castelhana	C1	Utilizador avançado	C1 Utilizador avançado	A1 Utilizador básico	A1 Utilizador básico	A1 Utilizador básico	Utilizad or básico
Italiano	C1	Utilizador avançado	C1 Utilizador avançado	B1 Utilizador independente	B1 independent e	B1 independent e	Utilizad or independente

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Fl



**ANEXO II - DECLARAÇÕES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO A REFERIR QUE
ESTES SE ABSTÊM DE INTERFERIR NAS DECISÕES QUE ENVOLVAM OS SEUS PRÓPRIOS
INTERESSES**

Declaração



Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal, Presidente do Conselho de Administração da CONSEST, S.A. declara, em cumprimento do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, abster-se de interferir nas decisões envolvendo os seus próprios interesses.

Lisboa, 30 de junho de 2015



Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal

Declaração

Maria João Alves Sineiro Canha, Vice - Presidente do Conselho de Administração da CONSEST, S.A. declara, em cumprimento do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, abster-se de interferir nas decisões envolvendo os seus próprios interesses.

Lisboa, 30 de junho de 2015



Maria João Alves Sineiro Canha

Declaração

António Maria Sousa Monteiro Abecasis, Vogal executivo do Conselho de Administração da CONSEST, S.A. declara, em cumprimento do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, abster-se de interferir nas decisões envolvendo os seus próprios interesses.

Lisboa, 30 de junho de 2015

António Maria Sousa Monteiro Abecasis



ANEXO III - DECLARAÇÕES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO A REFERIR QUE ESTES NÃO SÃO DETENTORES DE QUAISQUER PARTICIPAÇÕES E INTERESSES PATRIMONIAIS NA EMPRESA E QUE NÃO MANTÉM QUAISQUER RELAÇÕES COM OS SEUS FORNECEDORES, CLIENTES, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OU QUAISQUER OUTROS PARCEIROS DE NEGÓCIO, SUSCETÍVEIS DE GERAR CONFLITOS DE INTERESSE.

Declaração

Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal, residente na Rua da Ilha dos Amores, lote 4.10.02 Bloco Esq. 2º Esq 1990-120 Lisboa, portador do Cartão do Cidadão n.º 06017735, contribuinte n.º 149094060, tendo sido eleito para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração da CONSEST, S.A., com sede na Avenida Defensores de Chaves, n.º 6, 4.º Piso, 1000 - 117 Lisboa, com o NIPC 506 426 297, vem indicar a V.Exa., nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público, que não é detentor de quaisquer participações e interesses patrimoniais na empresa para a qual foi nomeado, nem em qualquer outra empresa.

Lisboa, 30 de junho de 2015



Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal

Declaração

Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal, Presidente do Conselho de Administração da CONSEST, S.A. declara, em cumprimento do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que não detém quaisquer participações patrimoniais na referida empresa, e que não mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 30 de junho de 2015



Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal

Declaração

Maria João Alves Sineiro Canha, residente na Rua Padre António Vieira nº 20 1º Dt 1070-196 Lisboa, portador do Cartão do Cidadão n.º 069287376, contribuinte n.º 190074108, tendo sido eleito para exercer o cargo de Vice - presidente do Conselho de Administração da CONSEST, S.A., com sede na Avenida Defensores de Chaves, n.º 6, 4.º Piso, 1000 - 117 Lisboa, com o NIPC 506 426 297, vem indicar a V.Exa., nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público, que não é detentor de quaisquer participações e interesses patrimoniais na empresa para a qual foi nomeado, nem em qualquer outra empresa.

Lisboa, 30 de junho de 2015



Maria João Alves Sineiro Canha

Declaração

Maria João Alves Sineiro Canha, Vice-presidente do Conselho de Administração da CONSEST, S.A. declara, em cumprimento do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que não detém quaisquer participações patrimoniais na referida empresa, e que não mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 30 de junho de 2015



Maria João Alves Sineiro Canha



Declaração

António Maria Sousa Monteiro Abecasis, residente na Rua das Trovas d'el Rey, 31, 2705-175 Colares Banzão (Portugal), portador do Cartão do Cidadão n.º 02353189 contribuinte n.º 126894442, tendo sido eleito para exercer o cargo de Vogal executivo do Conselho de Administração da CONSEST, S.A., com sede na Avenida Defensores de Chaves, n.º 6, 4.º Piso, 1000 - 117 Lisboa, com o NIPC 506 426 297, vem indicar a V.Exa., nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público, que não é detentor de quaisquer participações e interesses patrimoniais na empresa para a qual foi nomeado, nem em qualquer outra empresa.

Lisboa, 30 de junho de 2015



António Maria Sousa Monteiro Abecasis



Declaração

António Maria Sousa Monteiro Abecasis, vogal não executivo do Conselho de Administração da CONSEST, S.A. declara, em cumprimento do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que não detém quaisquer participações patrimoniais na referida empresa, e que não mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 30 de junho de 2015



António Maria Sousa Monteiro Abecasis

